



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUARTO TRIMESTRE DE 2019

### 1. Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base:

- As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- As instruções descritas no [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP\) - 8ª edição](#), fundamentado na Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) n.º [6/2018](#), na Portaria Conjunta da STN e da Secretaria de Previdência (SPREV) n.º [7/2018](#) e na Portaria da STN n.º [877/2018](#);
- A estrutura proposta no [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público \(PCASP\)](#), consoante aos dispositivos constantes da Lei n.º [4.320/1964](#) e da Lei Complementar n.º [101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis; e
- As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*) são utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e compoem o Processo de Contas do Governo, a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI):

Unidades Gestoras		Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o Quarto Trimestre de 2019.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar esclarecimentos sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das Unidades Gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público](#) (NBCASP) e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

### 2. Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP, que nortearam a elaboração dessas Notas Explicativas.

## Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

## Caixa e equivalentes de caixa

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto n.º 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União. Ela é subdividida em: Conta Única Recursos Tesouro Nacional, Conta Única Recursos Previdenciários e Conta Única Recursos Dívida Pública.

## Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- Créditos tributários;
- Créditos não tributários;
- Dívida ativa;
- Transferências concedidas;
- Empréstimos e financiamentos concedidos;
- Adiantamentos; e
- Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Há também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

## Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, de construção ou de produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiver vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção, são incorporados ao valor do Ativo Imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período.

Em maio de 2017, a JMU formalizou um contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fontes do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), desenvolvido e de propriedade do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF da 4ª Região). Ao final do exercício de 2019, a JMU realizou todos os ajustes para as conciliações dos saldos dos bens móveis constantes do SIAFI e do GEAFIN, bem como a conciliação da depreciação.

A avaliação e a mensuração do Ativo Imobilizado da JMU têm como base o valor de aquisição ou de construção. As inclusões de eventuais gastos adicionais ou complementares podem ser realizadas, pois, com a implementação do GEAFIN, há a possibilidade da alteração do valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil.

A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes). O prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#).

## Ativo Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos que podem ser identificáveis. Na JMU, são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), seguindo os procedimentos estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.11.30](#).

### Ativo Intangível - Amortização

A amortização consiste na alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil, ou seja, o reconhecimento da perda do valor do ativo ao longo do tempo.

Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, e a despesa de amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado.

Como exemplos de intangíveis, os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, softwares e o fundo de comércio adquirido.

Mensalmente deve ser contabilizada a amortização desses bens, em conta redutora específica.

O registro, no SIAFI, da amortização dos itens constantes do Ativo Intangível, de todas as Unidades Gestoras desta Corte, será realizado quando a operacionalização plena do módulo patrimonial do GEAFIN estiver concluída. Estudos e funcionalidades necessários ao controle, ao acompanhamento e à mensuração do Ativo Intangível estão sendo providenciados.

## Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

As bases de cálculo para a depreciação, para a amortização e para a exaustão são o custo do Ativo Imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das cotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Verifica-se no tocante aos lançamentos contábeis relativos à depreciação, exaustão e amortização no âmbito da JMU que:

- Inexistem, no balanço da JMU, quaisquer valores e incorporações sujeitos à exaustão;
- As rotinas e registros contábeis das depreciações, conforme esclarecido, foram integralmente regularizadas durante o exercício de 2019; e,
- Tendo em vista as rotinas e os procedimentos estabelecidos para a efetiva regularização das depreciações em 2019, decorrentes do Projeto GEAFIN, serão implementadas em 2020 as rotinas necessárias ao acerto contábil das amortizações. Dessa forma, em função da baixa materialidade dos itens sujeitos à amortização (conforme Nota 7, Tabela 7), tal fato, por si só, não enseja expedição de declaração do contador com ressalva no presente exercício. Entretanto, caso as Unidades Gestoras e Unidades responsáveis não deem prosseguimento ao término das regularizações iniciadas em 2019 e persistam as inconsistências até o término do exercício de 2020, a inércia da Administração poderá ensejar a expedição de declaração do contador relativa às DCON-JMU do exercício de 2020, com ressalva.

As informações da depreciação dos bens móveis da JMU são apuradas por meio do GEAFIN, que utiliza, como regra de cálculo, os seguintes parâmetros:

#### Método das cotas constantes

Utilização da Tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/SUCON/STN/MF), inserida no Manual SIAFI, [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#) - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

#### Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG n.º 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos Sistemas Corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais são:

I - atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

#### Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões e (vii) demais obrigações.

#### Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

### 3. Composição dos Principais Itens das Demonstrações

#### 3.1. Balanço Patrimonial

##### Nota 1 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 41.748 mil em 31/12/2019, refere-se aos valores disponíveis para transferências e para liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 41.544 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 204 mil.

Tabela 1 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

	R\$ milhares	
Identificação da Disponibilidade de Caixa	31/12/2019	31/12/2018
Fonte 100 – Recursos Ordinários	34.710	38.668
<b>Total de Recursos Não Vinculados</b>	<b>34.710</b>	<b>38.668</b>
Fonte 127 – Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.799	2.468
Fonte 150 – Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	4.531	4.602
Fonte 153 – Recursos Destinados às Atividades-Fins Seguridade Social	133	--

Fonte 156 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	246	365
Fonte 169 – Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	10	11
Fonte 300 – Recursos Ordinários – Créd. do Tesouro de Exercício Anterior	42	42
Fonte 350 – Créditos Extraordinários	72	72
<b>Total dos Recursos Vinculados</b>	<b>6.833</b>	<b>7.560</b>
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>41.544</b>	<b>46.228</b>
<b>Demais Contas - Caixa Econômica Federal</b>	<b>204</b>	<b>200</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa Nacional</b>	<b>41.748</b>	<b>46.428</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

## Nota 2 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e de magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

**Tabela 2 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	R\$ milhares Variação
Outros Créditos a Receber - Adiantamento - TED	5.025	--	5.025
Adiantamentos concedidos a pessoal	5.568	5.341	227
- 13º salário	2.622	2.511	111
- 1/3 de férias	2.245	2.152	93
- Salários e ordenados	701	678	23
Suprimento de fundos	--	1	-1
<b>Total</b>	<b>10.594</b>	<b>5.342</b>	<b>5.252</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

O aumento de R\$ 111 mil relativos aos adiantamentos de 13º salário deve-se ao novo critério contábil adotado pela STN por meio da [Macrofunção SIAFI 02.11.42](#) - Folha de Pagamento, que estabelece a confrontação mensal entre os saldos dos adiantamentos realizados (Adiantamentos – 13º Salário) e do passivo (13º Salário a Pagar), devendo apresentar saldo apenas em um deles.

Os aumentos nos saldos de adiantamento de 1/3 de férias, no valor de R\$ 93 mil, e de salários e de ordenados, no valor de R\$ 23 mil, ocorreram por motivo de sazonalidade.

O aumento de R\$ 5.025 mil no Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada (TED) deve-se à nova metodologia da STN, a qual registra todas as descentralizações financeiras realizadas para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora. Os Órgãos Públicos parceiros são: Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército Brasileiro, Fundação Universidade de Brasília (FUB), Senado Federal e Base de Hidrografia da Marinha, conforme descrito na tabela a seguir:

**Tabela 3 – Outros créditos a receber – Adiantamento – TED - Composição**

	R\$ milhares 31/12/2019
Comando do Exército – Departamento de Engenharia e Construção	4.587
Fundação Universidade de Brasília	154
Fundação Universidade de Brasília	230
Senado Federal	54
<b>Total</b>	<b>5.025</b>

Fonte: SIAFI 2019

## Nota 3 – Ativo Circulante – Estoques

Em 31/12/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 838 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação (R\$ 899 mil em 31/12/2018).

O Superior Tribunal Militar (STM - UG 060001) promoveu, em novembro de 2018, a migração do controle de material em estoque para o Sistema GEAFIN, passando a adotar o custo médio ponderado como método de mensuração do material em estoque, em substituição ao Sistema PEPS (*Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair*), disponível no Sistema LICIMAP, utilizado até outubro/2018.

As demais Unidades Gestoras da JMU não registram em estoque os itens de almoxarifado e de material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas como consumo imediato diretamente em contas de VPD.

## Nota 4 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 31/12/2019, foi baixado o saldo relativo às contribuições patronais antecipadas à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp-Jud), realizadas em 27/11/2013. Tratou-se de aporte inicial efetuado pelos órgãos patrocinadores quando da criação dessa Fundação, a título de contribuições futuras. Tais valores foram atualizados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

De acordo com o Protocolo de Compromisso firmado entre a Funpresp-Jud e o Supremo Tribunal Federal (STF) em 18/6/2015, citado na pág. 42, subitem 8.1, do [Relatório de Auditoria dos Patrocinadores do ano de 2016](#), o qual teve por objeto definir o critério de atualização, o prazo e a natureza do mencionado aporte inicial, cujo montante seria compensado em 15 anos, a partir do ano subsequente ao exercício em que o plano alcançasse o Ponto de Equilíbrio Operacional, atingindo em 2018, com a devolução total do aporte realizado em 2013.

Os valores referentes aos depósitos judiciais efetuados (R\$ 46 mil) compõem, ainda, o saldo dos Demais Créditos.

**Tabela 4 – Demais créditos e valores a longo prazo – Composição**

	31/12/2019	31/12/2018	R\$ milhares Variação
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>			
Adiantamento de contribuições futuras - Funpresp Jud	-	453	- 453

Depósitos judiciais efetuados	46	46	-
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>499</b>	<b>- 453</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

#### Nota 5 – Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Móveis e Depreciação

Em 31/12/2019, a JMU detinha o montante de R\$ 33.270 mil em bens móveis (R\$ 39.066 mil em 31/12/2018), sendo R\$ 60.497 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 61.710 mil em 31/12/2018), dos quais se deduz o valor de R\$ 27.227 mil concernente à depreciação acumulada (R\$ 22.644 mil em 31/12/2018).

Em 2019, foram realizadas varias doações de automóveis usados para outros órgãos da Administração Pública, bem como registrados baixas e ajustes no SIAFI de inconsistências geradas pelo antigo Sistema de Controle Patrimonial, o LICIMAP. Foram regularizadas, ainda, mediante registros contábeis, doações processadas em exercícios anteriores, com impacto na conta de Resultado de Exercícios Anteriores (Nota n.º 12).

As conciliações do Valor Contábil Bruto e as depreciações dos bens móveis da JMU foram regularizadas no SIAFI no final do exercício de 2019. Esse fato aconteceu em função das adaptações necessárias na migração de dados do LICIMAP para o GEAFIN.

O decréscimo de R\$ 1.213 mil no custo de aquisição de bens móveis está relacionado à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

**Tabela 5 – Composição da Variação dos Bens Móveis**

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Veículos	9.478	11.104	(1.626)
Bens de Informática	21.718	22.289	(571)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.056	9.534	(478)
Bens Móveis em Almoxarifado	1.065	77	988
Demais Bens Móveis	1.283	1.100	183
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.449	3.360	89
Móveis e Utensílios	14.448	14.246	202
<b>Total</b>	<b>60.497</b>	<b>61.710</b>	<b>(1.213)</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

#### Nota 6 – Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Imóveis e Depreciação

Refere-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a execução das atividades da JMU, bem como a bens imóveis funcionais geridos por esta Justiça Especializada, compostos pelos seguintes itens:

**Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição**

	R\$ milhares		
Bens Imóveis	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Edifícios	49.550	51.459	(1.909)
Imóveis Residenciais/Comerciais	33.841	33.841	--
Obras em Andamento	20.374	20.006	368
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.462	1.452	10
Instalações	916	849	67
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	89	85	4
<b>Subtotal</b>	<b>110.793</b>	<b>112.253</b>	<b>(1.460)</b>
Depreciação Acumulada	(8.656)	(5.002)	(3.654)
<b>Total</b>	<b>102.137</b>	<b>107.251</b>	<b>(5.114)</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela STN em parceria com a SPU. A variação de R\$ 1.909 mil em Edifícios baseia-se na transferência da Sede da Auditoria da 7ª CJM à SPU, em virtude da desocupação do imóvel.

#### Nota 7 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso e os aplicativos desenvolvidos internamente, todos para utilização do Órgão, conforme o Procedimento [SIAFI 02.11.30 - Despesas com TI](#).

**Tabela 7 – Ativo Intangível – Composição**

	R\$ milhares		
Bens Imóveis	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Softwares	6.212	5.497	715
- Softwares com vida útil definida	6.196	5.481	715
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	-
Marcas, direitos e patentes industriais	226	226	-
<b>Total</b>	<b>6.438</b>	<b>5.723</b>	<b>715</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

#### Nota 8 – Passivo Circulante – Pessoal a pagar

Em 31/12/2019, a JMU não apresentava saldo na conta Obrigações trabalhistas, pois os ajustes de confronto das contas de salário a pagar e décimo terceiro a pagar foram realizados de acordo com a [Macrofunção SIAFI 02.11.42](#) - Folha de Pagamento - STN (R\$ 359 mil em 31/12/2018).

Esta Justiça Especializada adota o novo critério contábil para obrigações com pessoal a pagar, estabelecido pela STN mediante a [Macrofunção SIAFI 02.11.42](#) - Folha de Pagamento. Para os órgãos públicos que realizam o pagamento da folha no próprio mês de referência, como é o caso da JMU, tais obrigações são reduzidas significativamente.

De acordo com a metodologia de cálculo aplicada, ao final de cada exercício financeiro, há a apuração dos saldos resultantes entre as provisões registradas e os adiantamentos concedidos de cada exercício, a fim de evidenciar apenas os saldos de provisões a pagar ou de adiantamento a receber.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Recursos Humanos (SERH), desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

#### Nota 9 – Passivo Circulante – Fornecedores e contas a pagar nacionais

Refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Tabela 8 – Contas a Pagar Credores Nacionais

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Fornecedores a Pagar	251	138	113
<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>138</b>	<b>113</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

#### Nota 10 – Passivo Circulante – Valores Restituíveis

Em 31/12/2019, existia o valor de R\$ 525 mil pertinente às apropriações oriundas da retenção de valores devidos a fornecedores e a prestadores de serviços, bem como a depósitos e a cauções retidos sobre fornecedores por questões contratuais.

Tabela 9 – Passivo Circulante – Demais obrigações a curto prazo – Valores Restituíveis

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Depósitos Retidos de Fornecedores	299	171	128
Depósitos e Cauções Recebidos	204	200	4
Outros	22	75	(53)
<b>Total</b>	<b>525</b>	<b>446</b>	<b>79</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

#### Nota 11 – Passivo não Circulante – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas

Corresponde ao reconhecimento de passivos decorrentes de decisões administrativas alusivas a despesas com pessoal. Esses passivos, reconhecidos pela Entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo, totalizavam no valor de R\$ 279.515 mil em 31/12/2018. No exercício de 2019, não houve pagamento desses valores, apenas baixas de valores de passivos da rubrica VPNI - 13,23%, no valor de R\$ 219.879 mil, e atualizações monetárias e/ou recálculos dos valores de passivos das demais rubricas, conforme orientações e procedimentos definidos pela Secretaria de Controle Interno (SECIN) e informações prestadas pela DIPES, resultando em um montante de R\$ 64.709 mil em 31/12/2019.

Tabela 10 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Composição

	R\$ milhares		
Passivo Longo Prazo	31/12/2019	31/12/2018	Varição
VPI (13,23%)	-	219.879	(219.879)
Complemento PAE	23.950	16.123	7.828
VPNI – Quintos	25.889	25.622	267
ATS Magistrados	287	287	-
URV (11,98%)	5.024	5.349	(325)
Abono Variável - Magistrados	214	562	(348)
Outros Passivos	9.344	11.693	(2.349)
<b>Total</b>	<b>64.709</b>	<b>279.515</b>	<b>(214.806)</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

#### Nota 12 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 31/12/2019, resultados acumulados no valor de R\$ 129.682 mil, compostos pela soma do resultado do exercício de 2019 (déficit de R\$ 9.256 mil) e do resultado de exercícios anteriores (déficit de R\$ 75.123 mil), e, ainda, dos ajustes de exercícios anteriores (superávit de R\$ 214.061 mil).

No exercício de 2019, foram realizados diversos ajustes em contas contábeis de bens móveis, contabilizados como Ajustes de Exercícios Anteriores, tais como baixas de bens que foram objetos de doações, ajustes de saldos de depreciação acumulada, entre outros, com o objetivo de regularizar os saldos patrimoniais com vistas à migração do LICIMAP para o GEAFIN.

### 3.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

#### Nota 13 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU acumulado até o Quarto Trimestre de 2019 totaliza um déficit de R\$ 9.256 mil, representando uma redução de R\$ 9.602 mil em relação ao mesmo período de 2018 (superávit de R\$ 346 mil), conforme tabela a seguir:

Tabela 11 – Resultado Patrimonial

	R\$ milhares		
Resultado Patrimonial	31/12/2019	31/12/2018	Varição



Variações Patrimoniais Aumentativas	1.132.283	1.063.545	68.738
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.141.538	1.063.198	78.340
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>(9.256)</b>	<b>346</b>	<b>(9.602)</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Segundo demonstrado na Tabela seguinte, os principais motivos para a redução do resultado patrimonial foi o decréscimo na Exploração e venda de bens, serviços e direitos, no valor de R\$ 6.205 mil, em razão de o saldo no ano de 2018 referir-se a uma receita considerada atípica, conforme Nota 14.

**Tabela 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas**

R\$ milhares

<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Varição</b>
Transferências e delegações recebidas	1.123.502	1.053.992	69.511
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	28	6.233	(6.205)
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	6.813	1.675	5.138
Contribuições	1.272	1.083	189
Outras variações patrimoniais aumentativas	654	544	110
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	13	17	(4)
<b>Total</b>	<b>1.132.283</b>	<b>1.063.545</b>	<b>68.738</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Varição</b>
Transferências e delegações concedidas	572.270	529.737	42.533
Pessoal e encargos	243.004	220.610	22.395
Benefícios previdenciários e assistenciais	230.413	224.191	6.222
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	91.565	86.705	4.860
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	2.704	1.005	1.699
Tributárias	271	259	11
Outras variações patrimoniais diminutivas	1.215	577	638
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	95	113	(18)
<b>Total</b>	<b>1.141.538</b>	<b>1.063.198</b>	<b>78.340</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>(9.256)</b>	<b>346</b>	<b>(9.602)</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

**Nota 14 – Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**

A variação negativa no valor de R\$ 6.205 mil corresponde à atipicidade da arrecadação no exercício de 2018, pois nesse período a JMU realizou concurso público com o fim de provimento de vagas e de formação de cadastro reserva para os cargos de Analista e Técnico Judiciários, auferindo receitas com as taxas de inscrição.

**Nota 15 – Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

No exercício de 2019, a STN adotou nova política contábil para reconhecimento do direito dos recursos financeiros transferidos por meio do Termo de Descentralização (TED). É registrada a apropriação de ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora da TED, de recursos orçamentários e financeiros que se encontram vigentes ou ainda não tiveram suas contas prestadas ao Órgão Transferidor.

O montante de R\$ 6.813 mil resulta do reconhecimento de parcerias firmadas entre a JMU e órgãos da Administração Pública Federal.

**Nota 16 – Pessoal e Encargos Sociais**

No grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, ocorreu um aumento de 10,15% - R\$ 22.394 mil - em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esses saldos são compostos, principalmente, pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial decorrentes da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei n.º [13.317/2016](#), bem como do reajuste do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – aumento do teto constitucional, aprovado pela Lei n.º [13.752/2018](#), que refletiu no aumento dos subsídios dos Magistrados de 1ª e 2ª instâncias desta Corte.

**Tabela 13 – Pessoal e Encargos Sociais**

R\$ milhares

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Varição</b>
Remuneração a Pessoal	194.585	172.799	21.786
Encargos Patronais	33.295	30.838	2.457
Benefícios a Pessoal	14.964	16.359	1.395
Outras VPD – Pessoal e Encargos	160	613	(453)
<b>Total</b>	<b>243.004</b>	<b>220.610</b>	<b>22.394</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

**Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

Os referidos aumentos, dispostos na Nota n.º 16, causam reflexos também nos benefícios de aposentadorias e reformas, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos, a que tem direito os servidores empossados até 2004, e os ministros aposentados, de acordo com a Tabela seguinte:

**Tabela 14 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

R\$ milhares

<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Varição</b>
Aposentadorias e Reformas	140.558	134.985	5.573
Pensões	89.440	89.018	422

Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	415	189	226
<b>Total</b>	<b>230.413</b>	<b>224.191</b>	<b>6.222</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

### Nota 18 – Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A variação monetária dos valores reconhecidos como desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos deve-se à essência dos registros consistir em situações atípicas, como nos casos de diminuição do patrimônio pela baixa de material permanente, identificada em grande parte no saldo dessa conta.

De acordo com o [Manual de Administração do Patrimônio e do Material da JMU](#), periodicamente, é realizado o levantamento de bens suscetíveis de desfazimento para posterior avaliação e destinação.

### 3.3. Balanço Orçamentário

#### Nota 19 – Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da JMU apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União (BGU). Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União mediante a descentralização financeira proveniente de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, o que não é evidenciado no Balanço Orçamentário e, sim, no Balanço Financeiro.

Tabela 15 – Orçamento Aprovado 2019 – Composição

R\$ milhares			
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
<b>Receitas Correntes</b>	<b>632</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>576.894</b>
Receita Patrimonial	137	Pessoal e Encargos Sociais	465.452
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	137	Juros e encargos da dívida	--
Receitas de Serviços	35	Outras Despesas Correntes	111.442
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	35	<b>Despesas de Capital</b>	<b>5.698</b>
Outras Receitas Correntes	460	Investimentos	5.698
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	460	<b>Reserva de Contingência</b>	<b>11.021</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>632</b>	<b>Total das Despesas</b>	<b>593.613</b>

Fonte: SIAFI 2019

#### Nota 20 – Execução Completa das Despesas Orçamentárias

A JMU até o Quarto Trimestre de 2019 comprometeu 98% (R\$ 563.147 mil) do seu orçamento corrente (R\$ 574.337 mil). Desses empenhos pactuados, 81,4 % (R\$ 458.525 mil) referem-se às despesas com pessoal e encargos sociais e 18,6 % (R\$ 104.622 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades.

No tocante ao orçamento de capital, R\$ 8.255 mil foram contratados até o presente momento, sendo que 82,5% (R\$ 6.814 mil) correspondem a investimentos para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Em relação à reserva de contingência, cujo objetivo é sanar dívidas futuras, prováveis e possíveis de acontecerem, todavia incertas, até o presente momento encontram-se autorizados R\$ 11.021 mil.

Tabela 16 – Execução Completa da Despesa Orçamentária

R\$ milhares						
Despesas Orçamentárias	Inicial (a)	Atualizada(b)	Empenhada ( c)	Liquidada (d)	Paga (e)	Saldo (b-c)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>576.894</b>	<b>574.337</b>	<b>563.147</b>	<b>549.467</b>	<b>549.147</b>	<b>11.189</b>
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	465.452	458.525	456.061	456.050	6.297
Outras Despesas Correntes	111.442	108.885	104.622	93.406	93.096	4.262
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5.698</b>	<b>8.255</b>	<b>6.814</b>	<b>3.402</b>	<b>3.284</b>	<b>1.441</b>
Investimentos	5.698	8.255	6.814	3.402	3.284	1.441
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>11.021</b>	<b>11.021</b>	-	-	-	<b>11.021</b>
<b>Total</b>	<b>593.613</b>	<b>593.613</b>	<b>569.961</b>	<b>552.869</b>	<b>552.431</b>	<b>23.652</b>

Fonte: SIAFI 2019

#### Nota 21 – Fases da execução das Despesas Orçamentárias

Das despesas correntes liquidadas, 99,9% (R\$ 549.147 mil) foram pagas, enquanto que das despesas de capital liquidadas, 92,6% (R\$ 3.284 mil) foram quitadas.

O Valor de R\$ 4.262 mil refere-se à diferença entre a dotação atualizada e a despesa empenhada na aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da Categoria econômica despesas correntes não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Resta saldo de R\$ 1.441 mil, comprometido com despesas de capital não movimentadas.

Tabela 17 – Fases da execução das Despesas Orçamentárias

R\$ milhares						
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada ( b)	Empenhada (c)	Liquidada (d)	Paga ( e)	Saldo (b-c)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>576.894</b>	<b>574.337</b>	<b>563.148</b>	<b>549.467</b>	<b>549.147</b>	<b>11.189</b>
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	465.452	458.525	456.061	456.051	6.927
Outras Despesas Correntes	111.442	108.885	104.623	93.406	93.096	4.262
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5.698</b>	<b>8.255</b>	<b>6.814</b>	<b>3.042</b>	<b>3.284</b>	<b>1.441</b>



Investimentos	5.698	8.255	6.814	3.042	3.284	1.441
<b>Total</b>	<b>582.592</b>	<b>582.592</b>	<b>569.962</b>	<b>552.869</b>	<b>552.431</b>	<b>12.630</b>

Fonte: SIAFI 2019

#### Nota 22 – Execução dos Restos a Pagar – Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos em 2018 e em anos anteriores, 57% (R\$ 16.485 mil) fazem referência às despesas com pessoal; 33%, a outras despesas correntes (R\$ 9.504 mil); 10%, a despesas de capital com investimentos (R\$ 2.728 mil).

Foram pagos, até o Quarto Trimestre de 2019, em torno de 33% (R\$ 9.376 mil) relativos aos restos a pagar não processados da JMU inscritos no exercício de 2018 e anos anteriores. Desses restos a pagar não processados pagos até o momento, 61% (R\$ 5.751 mil) são relacionados a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram liquidadas, ou seja, concluídas em 2018.

O valor de R\$ 12.443 mil, a ser executado como restos a pagar não processados, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a Emenda Constitucional n.º [95/2016](#).

Tabela 18 – Restos a Pagar Não processados – Composição 2019

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>25.989</b>	<b>8.311</b>	<b>8.310</b>
Pessoal e Encargos Sociais	16.485	2.559	2.559
Outras Despesas Correntes	9.504	5.752	5.751
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.728</b>	<b>1.067</b>	<b>1.067</b>
Investimentos	2.728	1.067	1.067
<b>Total</b>	<b>28.717</b>	<b>9.378</b>	<b>9.376</b>

Fonte: SIAFI 2019

#### Nota 23 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

Do total de restos a pagar processados inscritos em 2018 e em anos anteriores, 12% (R\$ 45 mil) correspondem a despesas com pessoal; 88%, a outras despesas correntes (R\$ 327 mil).

Foram quitados, até o Quarto Trimestre de 2019, em torno de 54% (R\$ 201 mil) relativos aos restos a pagar processados da JMU. Desses restos a pagar processados pagos, 100% (R\$ 201 mil) referem-se a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram pagas em 2018.

O valor de R\$ 121 mil, a serem pagos, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a Emenda Constitucional n.º [95/2016](#).

Tabela 19 – Restos a Pagar processados – Composição de 2019

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores e exercício anterior	Pagos	Cancelados
<b>Despesas Correntes</b>	<b>372</b>	<b>201</b>	<b>50</b>
Pessoal e Encargos Sociais	45	-	45
Outras Despesas Correntes	327	201	5
<b>Total</b>	<b>372</b>	<b>201</b>	<b>50</b>

Fonte: SIAFI 2019

#### 3.4. Balanço Financeiro

#### Nota 24 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da JMU, no período de janeiro a dezembro/2019, foi de R\$ 4.681 mil (R\$ 4.962 mil no mesmo período do exercício anterior), conforme a tabela a seguir:

Tabela 20 – Resultado Financeiro – Composição

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Receitas Orçamentárias	324	6.622	(95,10 %)
Despesas Orçamentárias	(569.961)	(531.760)	7,20 %
	<b>(569.637)</b>	<b>(525.138)</b>	8,50 %
Transferências Financeiras Recebidas	1.121.441	1.044.426	7,40 %
Transferências Financeiras Concedidas	(566.443)	(526.319)	7,60 %
	<b>554.998</b>	<b>518.107</b>	7,10 %
Recebimentos Extraorçamentários	19.711	20.975	6,00 %
Pagamentos Extraorçamentários	(9.753)	(18.906)	(48,40%)
	<b>9.958</b>	<b>2.069</b>	381,30 %
<b>Resultado Financeiro do Exercício</b>	<b>(4.681)</b>	<b>(4.962)</b>	<b>5,70 %</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

#### Nota 25 – Receitas Orçamentárias

Os recursos concernentes às receitas orçamentárias da JMU em 2019 (R\$ 324 mil) tiveram redução de R\$ 6.298 mil em relação ao valor auferido no ano anterior (R\$ 6.622 mil). Isso ocorreu em virtude do recebimento, em 2018, de taxas de inscrição provenientes do concurso alusivo ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Técnico e Analista Judiciários, realizado naquele ano.

## Nota 26 – Despesas Orçamentárias

As fontes de recursos vinculadas determinam a destinação dos recursos de acordo com as vinculações legais, desde a arrecadação da receita. Enquanto que as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, tais como pessoal, manutenção e investimentos, bem como para complementar as despesas em áreas nas quais a arrecadação em fontes vinculadas seja insuficiente.

Em 2019, as despesas orçamentárias vinculadas atingiram o montante de R\$ 200.537 mil (R\$ 79.312 mil em 2018), representadas, principalmente, pelos gastos com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no valor de R\$ 123.820 mil (R\$ 68.367 mil em 2018). Já as despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 369.424 mil em 2019 (R\$ 452.448 mil em 2018), havendo a redução de R\$ 83.024 mil, se comparados os dois períodos, conforme Tabela a seguir:

Tabela 21 – Despesas Orçamentárias – Composição

	2019	2018	AH
<b>Despesas Orçamentárias Ordinárias</b>	<b>369.424</b>	<b>452.448</b>	(18%)
<b>Despesas Orçamentárias Vinculadas</b>	<b>200.537</b>	<b>79.312</b>	153%
Previdência Social (RPPS)	123.820	68.367	81%
Seguridade Social (exceto Previdência)	76.318	--	--
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	399	10.945	(96%)
<b>TOTAL</b>	<b>569.961</b>	<b>531.760</b>	<b>7%</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

As despesas vinculadas com a seguridade social sofreram redução em 2018, em virtude de mudanças na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018. Essa situação é relacionada à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes vinculadas (0156 e 0169) e ao aumento de repasse em fonte ordinária (0100) para pagamento de despesas com inativos e pensionistas.

## Nota 27 – Transferências Financeiras Recebidas

A descentralização de recursos financeiros acontece mediante a transferência de cota da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da STN, para a Setorial Financeira da JMU, representada pela Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI). Por sua vez, essa Diretoria descentraliza, por meio de sub-repasse, os recursos financeiros recebidos para as Unidades Gestoras Executoras do orçamento.

A Cota Recebida em 2019, no valor de R\$ 557.394 mil, corresponde a um acréscimo de R\$ 34.889 mil (6,7%) em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 522.495 mil).

O montante do sub-repasse transferido às Unidades Gestoras Executoras está contemplado na cota recebida. Conseqüentemente, esse valor é apresentado em duplicidade no Balanço Financeiro extraído do Sistema de Administração Financeira (SIAFI). Quando verificados os demonstrativos consolidados, constata-se a compensação dessa quantia com as transferências financeiras concedidas.

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária sofreram redução no valor de R\$ 1.037 mil em relação ao período anterior, pois, em maio de 2018, a JMU recebeu transferência financeira para atender a restos a pagar de folha de pagamento no valor de R\$ 1.778 mil.

Tabela 22 – Transferências Financeiras Recebidas – Composição

	2019	2018	AH
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>1.120.700</b>	<b>1.042.648</b>	7,5%
Cota Recebida	557.394	522.495	6,7%
Repasse Recebido	--	1	-100,0%
Sub-repasse Recebido	563.306	520.108	8,3%
Sub-repasse devolvido	--	44	-100%
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>741</b>	<b>1.778</b>	-58,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1.121.441</b>	<b>1.044.426</b>	<b>7,4%</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

## Nota 28 – Transferências Financeiras Concedidas

Do montante de Transferências Financeiras Concedidas resultantes da Execução Orçamentária da JMU no exercício financeiro de 2019, o valor de R\$ 563.306 mil corresponde à quantia descentralizada para as Unidades Gestoras da JMU (R\$ 520.108 mil em 2018).

Tabela 23 – Transferências Financeiras Concedidas

	2019	2018	AH
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>563.947</b>	<b>523.399</b>	7,7%
Repasse Concedido	641	1.237	-48,2%
Sub-repasse Concedido	563.306	520.108	8,3%
Cota devolvida	--	2.010	-100,0%
Sub-repasse devolvido	--	44	-100,0%
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>2.496</b>	<b>2.920</b>	-14,5%
<b>TOTAL</b>	<b>566.443</b>	<b>526.319</b>	<b>7,6%</b>

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

## Nota 29 – Recebimentos Extraorçamentários

A inscrição de restos a pagar não processados relativos às despesas empenhadas e não liquidadas até o último dia do exercício financeiro foi de R\$ 17.091 mil, representando aumento de R\$ 1.779 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 15.312 mil).

Os Outros recebimentos extraorçamentários, no valor de R\$ 2.007 mil (R\$ 5.011 mil em 2018), referem-se à regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos entre notas de empenho de exercícios diferentes.

**Tabela 24 – Recebimentos Extraorçamentários - Composição**

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	438	231	89,6%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	17.091	15.312	11,6%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	175	421	-58,4%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.007	5.011	-60,0%
<b>Total</b>	<b>19.711</b>	<b>20.975</b>	<b>-6,0%</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

**Nota 30 – Pagamentos extraorçamentários**

O pagamento de restos a pagar não processados no exercício financeiro de 2019 foi de R\$ 9.376 mil, representando a redução de R\$ 8.981 mil em comparação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 18.357 mil).

**Tabela 25 – Pagamentos Extraorçamentários - Composição**

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Pagamento dos restos a pagar processados	202	85	137,6%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.376	18.357	-48,9%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	171	464	-63,1%
Outros pagamentos extraorçamentários	4	--	100%
<b>Total</b>	<b>9.753</b>	<b>18.906</b>	<b>-48,4%</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

**Tabela 26 – Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados – Por Grupo de Despesa**

R\$ milhares

	2019	2018
1 – Pessoal e encargos sociais	2.559	11.367
3 – Outras despesas correntes	5.751	5.822
4 – Investimentos	1.066	1.168
<b>Total</b>	<b>9.376</b>	<b>18.357</b>

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

### 3.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

**Nota 31 – Demonstração dos Fluxos de Caixa**

As receitas derivadas e originárias diminuíram, significativamente, em R\$ 6.298 mil no exercício de 2019, devido às receitas auferidas com taxas de inscrição, para o concurso de ingresso na JMU, terem sido contabilizadas no exercício de 2018.

Quanto ao desembolso relativo às atividades operacionais, as despesas com pessoal aumentaram R\$ 29.107 mil em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função dos vencimentos e das gratificações de natureza salarial decorrentes, em especial, da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei n.º [13.317/2016](#), e em decorrência do aumento do teto constitucional, que provocou aumento remuneratório em todas as carreiras da magistratura.

A geração líquida negativa de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 4.681 mil, indica o resultado financeiro da JMU no período de janeiro a dezembro/2019, evidenciado na Nota n.º 24 do Balanço Financeiro.

Até o fechamento do Quarto Trimestre de 2019, o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa final, no valor de R\$ 41.748 mil, representa o saldo de resultado financeiro que será levado para o exercício seguinte, com evidência na Nota n.º 01 do Balanço Patrimonial.

**Tabela 27 – Fluxo de caixa das atividades operacionais**

R\$ milhares

	31/12/2019	31/12/2018	Varição
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(330)</b>	<b>2.501</b>	<b>(2.831)</b>
<b>Ingressos</b>	<b>1.123.946</b>	<b>1.056.480</b>	<b>67.466</b>
Receitas Derivadas e Originárias	324	6.622	(6.298)
Outros Ingressos Operacionais	1.123.622	1.049.858	73.764
<b>Desembolsos</b>	<b>(1.124.276)</b>	<b>(1.053.979)</b>	<b>(70.297)</b>
Pessoal e Demais Despesas	(525.362)	(496.256)	(29.106)
Transferências Concedidas	(32.296)	(30.940)	(1.356)
Outros Desembolsos Operacionais	(566.618)	(526.783)	(39.835)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(4.351)</b>	<b>(7.464)</b>	<b>3.113</b>
<b>Ingressos</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>
<b>Desembolsos</b>	<b>(4.351)</b>	<b>(7.464)</b>	<b>3.113</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	(3.464)	(7.125)	3.661
Outros Desembolsos e Investimentos	(887)	(338)	(548)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>--</b>
<b>TOTAL</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>-</b>

Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	(4.681)	(4.963)	282
Caixa e equivalentes de caixa inicial	46.429	51.391	(4.962)
Caixa e equivalentes de caixa final	41.748	46.429	(4.681)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Brasília/DF,

JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Supervisora Substituta da SEACO  
Contadora – CRC DF n.º 024589/O-9

PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA  
Supervisor da SEACO  
Contador - CRC DF n.º 023894/O-0

LUCAS DA CONCEIÇÃO SILVA  
Estagiário de Letras-Português

1. De acordo.
2. À consideração Superior.

DALILA MELO  
Coordenadora da COAVO, em exercício

1. De acordo.
2. Encaminhe-se à STN e à Diretoria - Geral (DIREG) para conhecimento e composição do Processo de Prestação de Contas, que será enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU).
3. Publique-se no Portal da Transparência do STM/JMU.

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Controle Interno  
CRC DF n.º 12715/O-3



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 31/01/2020, às 14:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DALILA MELO, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO, em exercício**, em 31/01/2020, às 14:03 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL**, em 31/01/2020, às 14:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DA CONCEIÇÃO SILVA, ESTAGIÁRIO(A)**, em 31/01/2020, às 14:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1708247** e o código CRC **9B79042D**.